

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais)

Table with columns: Notas, 2022, 2021. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Adiantamentos a outras entidades e terceiros, Impostos a recuperar, Total do ativo circulante, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total do passivo e patrimônio social.

Table with columns: Nota, 2022, 2021. Rows include Obrigações sociais e trabalhistas, Provisões trabalhistas, Obrigações tributárias, Outros passivos, Total do passivo circulante, Total do passivo e patrimônio social.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais), Nota explicativa, 2022, 2021. Rows include Receita operacional, Despesas operacionais, Pessoal, Administrativas, Depreciação/Amortização, Superávit/(Déficit) do exercício.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2020 - (Em Reais), 2022, 2021. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais), Superávit/ Superávit/(Déficit) acumulado, Superávit/(Déficit) do exercício, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRENTADOS

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em Reais), 2022, 2021. Rows include Superávit/(Déficit) do exercício, Outros resultados abrentados, Total do superávit/(déficit) abrentado do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fluxo de caixa das atividades operacionais
Superávit/(Déficit) do exercício
Depreciação e amortização
Aumento da provisão fiscal referente a COFINS
Variação nos ativos passivos:
(Aumento) Redução em Adiantamentos a outra entidades e terceiros
(Aumento) Redução nas obrigações trabalhistas
(Aumento) Redução nos depósitos em garantia
(Redução) Aumento em outros passivos
(Redução) Aumento em obrigações sociais e trabalhistas
(Redução) Aumento em obrigações tributárias
(Redução) Aumento em subvenções a receber
(Redução) Aumento em subvenções a pagar
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Adições ativo imobilizado
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
sob a forma como os projetos são concluídos, e os recursos repassados são não reembolsáveis (função perdida) pelas unidades que o receberam. Desse modo, o reconhecimento de performance da Entidade é somente a organização para que os recursos sejam distribuídos às Unidades credenciadas, sendo a responsabilidade primária sobre a entrega dos projetos totalmente da contraparte que recebe os recursos.
A Entidade foi constituída na sua essência para operar como interveniente na execução dos projetos de pesquisa científica e inovação.
As análises das disposições contidas no CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, ficou evidente que a natureza das transações de repasses efetuadas pela EMBRAPII às outras Entidades não é uma obrigação de performance para fornecer projetos de pesquisa ou serviços específicos. O objetivo da EMBRAPII é o de organizar para que essas bens ou serviços sejam fornecidos por outra parte, nesse contexto, a EMBRAPII se configura como uma entidade "Agente" e não a entidade "Principal".
A totalidade dos serviços especificados a serem realizados para outras entidades está contida no Contrato de Gestão, e não foram identificados casos em que a EMBRAPII pudesse ser considerada como entidade "Principal".
A EMBRAPII não controla, cada bem ou serviço antes que o bem ou serviço especificado seja transferido para as outras entidades, pois os recursos apenas transitam pela EMBRAPII para serem utilizados pelas Unidades EMBRAPII.
Os recursos ficam sob a titularidade da EMBRAPII enquanto não repassados; todavia, assim que estiverem satisfeitas certas condições, a titularidade desses recursos transfere para as outras entidades.
Consequentemente, as subvenções previstas e já recebidas são controladas em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações bancárias, por terem a finalidade de aplicações a prazo, e as receitas e despesas representam somente os custos operacionais da Entidade.
A receita representa o reembolso dos custos operacionais da Entidade, de natureza administrativa e, portanto, a Entidade não tem resultado positivo ou negativo em suas transações e não adere outras receitas.
Antes das características específicas da EMBRAPII, a escrituração contábil da EMBRAPII foi elaborada no pressuposto de entidade "Agente".
3.2 Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigação de benefícios de curto prazo a empregados, são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou contratual de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
3.2.1 Recurso financeiro
A Entidade possui receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. Todas as receitas financeiras são reconhecidas em contrapartida do passivo de Recursos vinculados por estes compromissos com a finalidade de aplicação em projetos. Ver item 8.
3.4 Imobilizado
(II) Reconhecimento e mensuração
O reconhecimento inicial do imóvel decorre de seu custo histórico ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment).
O custo subsequente ao reconhecimento inicial é o custo subsequente ao reconhecimento inicial, menos o valor recuperável (impairment).
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.
(III) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.
3.5 Instrumentos financeiros
(II) Reconhecimento e mensuração inicial
Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão.
(III) Classificação e mensuração subsequente
Ativos financeiros
Ao reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo modifique o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros não reclassificados são mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro ao reconhecimento inicial. Os juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (no exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.
A Entidade avalia o objetivo do modelo de negócio no qual o ativo/passivo financeiro está inserido e, para isso, considera as seguintes premissas: (i) as políticas e objetivos para o ativo financeiro que, no caso da EMBRAPII, têm como foco a obtenção de receitas contratuais fundamentalmente das aplicações financeiras; (ii) manutenção de um determinado perfil de taxa de juros; e (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e a maneira como são gerenciados.
Desta forma, a EMBRAPII possui apenas Ativos e Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado, pois tem como modelo de negócio que seus recursos são mantidos para suprimento de caixa com a finalidade de recebimento e pagamento de principal e juros.
Passivos financeiros
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
(III) Desreconhecimento
Ativos financeiros
A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando:
• os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
• transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
• substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
• A Entidade não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.
A Entidade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
Passivos financeiros
A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transmitem pelo custo ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
(III) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional
1.1 Informações gerais
A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial ("EMBRAPII" ou "Entidade"), é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 18.234.613/0001-59, com sede e foro no Brasil, Distrito Federal, na cidade de Brasília, nos termos dos artigos 53 e 61, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. A EMBRAPII atua para induzir a cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, promovendo a sinergia entre ambas e estimulando a troca de conhecimentos e tecnologias.
Sua missão é promover e incentivar a realização de projetos empresariais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) voltados para setores industriais de áreas determinadas pelo Conselho de Administração, por meio de cooperação a ser firmada com instituições de pesquisa (art. 4º do Estatuto).
Constituem, ainda, como objetivos e atuação da EMBRAPII:
(a) Fomentar o desenvolvimento tecnológico de novos produtos, processos ou soluções empresariais, contribuindo para a construção de ambiente de negócios favoráveis à inovação.
(b) Articular e estimular a cooperação entre empresas e instituições de pesquisa tecnológica, nos termos da política interna da EMBRAPII.
(c) Financiar projetos de PDI, com ênfase em projetos que incluam a fase pré-competitiva, em áreas de alta tecnologia, sob a gestão da EMBRAPII, em parceria com empresas e instituições de pesquisa tecnológica pré-selecionadas, compartilhando o custo de inovação tecnológica.
(d) Contribuir para o desenvolvimento das Unidades de Inovação dos Institutos Federais.
(e) Contribuir para o treinamento tecnológico de recursos humanos para a indústria, em áreas ou temas selecionados.
(f) Difundir informações, experiências e projetos à sociedade.
(g) Prestar serviços relacionados às áreas de atividades que constituem o seu objeto.
1.2 Aspectos fiscais
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
A EMBRAPII, por não ter sido inscrita no CNPJ, não está sujeita aos encargos tributários relacionados ao IRPJ e à CSLL.
Programas de Incentivo (PIS)
De acordo com o art. 2º, da Lei nº 9.715/1998, e art. 13, da Medida Provisória nº 2.198-26/2001, a contribuição para o PIS é determinada na base de 1% sobre os proventos da folha de pagamento do empregado, desde que não seja finalidade de lucro, que inclui as características da EMBRAPII.
Entende-se por folha de salários mensal o total dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicionais de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênio, adicional noturno, hora extra, 13º salário e repouso semanal remunerado. Não integram a base de cálculo: o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual, o auxílio por incapacidade temporária (licença médica) e o auxílio por doença profissional ou por doença ocupacional.
Nesse contexto, a EMBRAPII recebe o PIS sobre a folha de salários dos seus empregados.
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
Vide Nota Explicativa nº 1.3 Capital Circulante Líquido (CCL)
O objetivo do cálculo do CCL aplica-se a entidades que possuem a finalidade de lucro. A EMBRAPII apresenta saldo negativo e a desfeite desta forma possui dívidas maiores que os seus numerários apresentados no Ativo e equivocado.
A rubrica Subvenções a receber, apresentada na Nota Explicativa nº 9, apresenta o seu saldo LÍQUIDO (ou somente a PDI). Os seus, os numerários repassados como adiantamento às Unidades e reconhecidos no ativo estão sendo apresentados para fins das Demonstrações Contábeis sob o rubrica "Subvenções a receber".
Conforme Pronunciamento Técnico CPC 60 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, quando as transações entre ativos e passivos refletem a essencialidade das operações e apresentarem maior clareza para os usuários da informação contábil, estas podem ser apresentadas de forma líquida no Balanço Patrimonial (Compensação entre ativos e passivos).
Os valores apresentados na conta "Subvenções a receber" não se referem a obrigações financeiras com fornecedores ou financiamentos, e sim a recursos disponíveis na data do fechamento do balanço para fomento a PDI. A gestão dos saldos desses recursos é feita pela administração da EMBRAPII e possui como principal objetivo a liquidez de contratos já firmados entre as Unidades EMBRAPII e as Empresas contratantes de projetos de PDI.
Por fim, caso haja a necessidade de verificar a capacidade de pagamento para as obrigações financeiras da EMBRAPII (Fornecedores, Colaboradores e Tributárias), deverá ser efetuado o cálculo do CCL, excluindo a rubrica "Subvenções a receber" demonstrada no Balanço Patrimonial.
2. Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e correspondem à realidade econômica e financeira da Entidade, conforme as informações apresentadas e os procedimentos adotados pela Administração na sua gestão.
A Entidade apresenta as demonstrações das Mutações do Patrimônio Social mesmo que não tenha auferido resultado no exercício atual e anteriores.
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
As Demonstrações Contábeis são apresentadas em "Real", que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos são apresentados em Reais, exceto quando indicado de outra forma.
2.3 Uso de estimativas e julgamentos
A elaboração de Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados reais diferem das estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
2.4 Base de mensuração
As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico.
3. Principais políticas contábeis
A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis, salvo indicação em contrário.
3.1 Operação como agente
A Entidade, por força do contrato de gestão, assinado em 18 de novembro de 2021, adquireu, com validade até 30 de novembro de 2030, e demais contratos que possuem a finalidade de PDI, receber recursos para que sejam alcançadas as finalidades descritas em seu objeto social.
A Entidade não recebe nenhuma remuneração por conta dessas repassadas, agindo somente como agente. Essa condição está prevista no contrato de gestão e no fato de que os recursos recebidos pela Entidade são repassados às Unidades EMBRAPII para que estes realizem a execução do projeto. Logo, a Entidade não possui controle

direto legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo ou líquido o passivo simultaneamente.
(v) Compensação
Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no passivo por serem obrigações com PDI.
(vi) Redução no valor recuperável
As aplicações ou concessões objetivas para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em cada data de balanço, a Entidade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com depreciação de valor controlável pelo custo dos ativos.
Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Os problemas de recuperação incluem os seguintes fatos observáveis:
• Quedas de dívidas contábeis de valor presente superior a mais de 90 dias de recuperação com PDI.
• Probabilidade que o devedor estiver em falência ou passará por outro tipo de recuperação financeira.
• Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor controlável bruto dos ativos.
Ativos não recuperáveis
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, o menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte recuperadas das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor recuperável e o valor controlável do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em um montante característico de valor controlável do ativo não exceda o valor controlável que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos.
3.6 Apuração de resultados
As Unidades e EMBRAPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades; nesse contexto, a EMBRAPII caracteriza-se como interveniente na execução dos projetos. Consequentemente, os recursos previstos e já recebidos são controlados em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações bancárias, por terem a finalidade de aplicações a prazo, e as receitas e despesas representam somente os custos operacionais da Entidade.
As receitas operacionais referem-se ao reembolso dos custos com pessoal, administrativos, tributários e depreciação/amortização e são reconhecidas quando o reembolso é realizado.
3.7 Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrição
Compreende o saldo de conta bancária aplicações financeiras de liquidez imediata em que os recursos são utilizados para o pagamento de dívidas de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
O caixa restrição compreende o saldo e contas bancárias e aplicação financeiras de liquidez imediata em que os recursos são utilizados para o pagamento de dívidas de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e que possui a finalidade de suprir necessidades a EMBRAPII no âmbito a PDI.
3.8 Provisões
As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.
A administração da Associação não tem conhecimento de contingências que requeram a constituição de provisão para futura perda.
4.1 Classificação contábil e provisões justas
A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não são incluídos os saldos sobre o ativo ou passivo financeiro não mensurados a valor justo e o seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.
Instrumento financeiro Classificação 2022 2021
Ativos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa Custo amortizado 52.695.620 13.759.428
Caixa restrição Custo amortizado 801.023.137 410.892.953
Adiantamentos a outras entidades e terceiros Custo amortizado 235.142 1.029.628
Total 853.953.929 425.681.749
Passivos financeiros
Obrigações sociais e trabalhistas Custo amortizado 699.388 497.826
Obrigações tributárias Custo amortizado 680.524 456.567
Outros passivos Custo amortizado 244.706 30.192
Subvenções a receber Custo amortizado 844.409.103 419.476.553
Total 846.006.720 420.501.371
4.2 Gestão de risco
A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:
• Risco de liquidez;
• Risco de taxa de juros;
• Risco de crédito.
O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para o acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira o orçamento é projetado anualmente e permite ações preventivas para a análise dessa modalidade de risco na Entidade.
Risco de taxa de juros
O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes na flutuação da moeda e taxa de juros. Essa exposição está relativamente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 5.
O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração. Segue a análise de sensibilidade da Entidade:
Centenas projetados para dezembro de 2022
Saldo em 31.12.2022 Centímo provável Variação de 25% Variação de 50%
Aplicações financeiras
Risco de queda do CDI 853.709.717 (\*) 853.709.717 853.709.717 853.709.717
Taxa média de 9% do CDI 13,38% 10,03% 6,89%
Valor de aplicações indenizadas 867.910,10 929.260,79 910.810,82
Impacto nas aplicações financeiras 114.200.749 85.659.662 57.100.374
(\*) Não inclui os saldos constantes em conta corrente.
Está sendo considerada a Taxa CDI acumulada, no valor de 13,65% (na fonte Banco Central do Brasil) referente ao exercício 2022.
Centenas projetados para dezembro de 2022
Saldo em 31.12.2021 Centímo provável Variação de 25% Variação de 50%
Aplicações financeiras
Risco de queda do CDI 415.146.407 (\*) 415.146.407 415.146.407 415.146.407
Taxa média de 9% do CDI 4,29% 3,22% 2,15%
Valor de aplicações indenizadas 432.966.151 428.211,51 424.056,29
Impacto nas aplicações financeiras 17.819.744 13.364.828 8.909.872

3. Principais políticas contábeis
A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis, salvo indicação em contrário.
3.1 Operação como agente
A Entidade, por força do contrato de gestão, assinado em 18 de novembro de 2021, adquireu, com validade até 30 de novembro de 2030, e demais contratos que possuem a finalidade de PDI, receber recursos para que sejam alcançadas as finalidades descritas em seu objeto social.
A Entidade não recebe nenhuma remuneração por conta dessas repassadas, agindo somente como agente. Essa condição está prevista no contrato de gestão e no fato de que os recursos recebidos pela Entidade são repassados às Unidades EMBRAPII para que estes realizem a execução do projeto. Logo, a Entidade não possui controle

direto legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo ou líquido o passivo simultaneamente.
(v) Compensação
Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no passivo por serem obrigações com PDI.
(vi) Redução no valor recuperável
As aplicações ou concessões objetivas para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em cada data de balanço, a Entidade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com depreciação de valor controlável pelo custo dos ativos.
Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Os problemas de recuperação incluem os seguintes fatos observáveis:
• Quedas de dívidas contábeis de valor presente superior a mais de 90 dias de recuperação com PDI.
• Probabilidade que o devedor estiver em falência ou passará por outro tipo de recuperação financeira.
• Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor controlável bruto dos ativos.
Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Os problemas de recuperação incluem os seguintes fatos observáveis:
• Quedas de dívidas contábeis de valor presente superior a mais de 90 dias de recuperação com PDI.
• Probabilidade que o devedor estiver em falência ou passará por outro tipo de recuperação financeira.
• Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor controlável bruto dos ativos.
Ativos não recuperáveis
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, o menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte recuperadas das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor recuperável e o valor controlável do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em um montante característico de valor controlável do ativo não exceda o valor controlável que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos.
3.6 Apuração de resultados
As Unidades e EMBRAPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades; nesse contexto, a EMBRAPII caracteriza-se como interveniente na execução dos projetos. Consequentemente, os recursos previstos e já recebidos são controlados em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações bancárias, por terem a finalidade de aplicações a prazo, e as receitas e despesas representam somente os custos operacionais da Entidade.
As receitas operacionais referem-se ao reembolso dos custos com pessoal, administrativos, tributários e depreciação/amortização e são reconhecidas quando o reembolso é realizado.
3.7 Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrição
Compreende o saldo de conta bancária aplicações financeiras de liquidez imediata em que os recursos são utilizados para o pagamento de dívidas de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
O caixa restrição compreende o saldo e contas bancárias e aplicação financeiras de liquidez imediata em que os recursos são utilizados para o pagamento de dívidas de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e que possui a finalidade de suprir necessidades a EMBRAPII no âmbito a PDI.
3.8 Provisões
As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.
A administração da Associação não tem conhecimento de contingências que requeram a constituição de provisão para futura perda.
4.1 Classificação contábil e provisões justas
A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não são incluídos os saldos sobre o ativo ou passivo financeiro não mensurados a valor justo e o seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.
Instrumento financeiro Classificação 2022 2021
Ativos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa Custo amortizado 52.695.620 13.759.428
Caixa restrição Custo amortizado 801.023.137 410.892.953
Adiantamentos a outras entidades e terceiros Custo amortizado 235.142 1.029.628
Total 853.953.929 425.681.749
Passivos financeiros
Obrigações sociais e trabalhistas Custo amortizado 699.388 497.826
Obrigações tributárias Custo amortizado 680.524 456.567
Outros passivos Custo amortizado 244.706 30.192
Subvenções a receber Custo amortizado 844.409.103 419.476.553
Total 846.006.720 420.501.371
4.2 Gestão de risco
A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:
• Risco de liquidez;
• Risco de taxa de juros;
• Risco de crédito.
O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para o acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira o orçamento é projetado anualmente e permite ações preventivas para a análise dessa modalidade de risco na Entidade.
Risco de taxa de juros
O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes na flutuação da moeda e taxa de juros. Essa exposição está relativamente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 5.
O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração. Segue a análise de sensibilidade da Entidade:
Centenas projetados para dezembro de 2022
Saldo em 31.12.2022 Centímo provável Variação de 25% Variação de 50%
Aplicações financeiras
Risco de queda do CDI 853.709.717 (\*) 853.709.717 853.709.717 853.709.717
Taxa média de 9% do CDI 13,38% 10,03% 6,89%
Valor de aplicações indenizadas 867.910,10 929.260,79 910.810,82
Impacto nas aplicações financeiras 114.200.749 85.659.662 57.100.374
(\*) Não inclui os saldos constantes em conta corrente.
Está sendo considerada a Taxa CDI acumulada, no valor de 13,65% (na fonte Banco Central do Brasil) referente ao exercício 2022.
Centenas projetados para dezembro de 2022
Saldo em 31.12.2021 Centímo provável Variação de 25% Variação de 50%
Aplicações financeiras
Risco de queda do CDI 415.146.407 (\*) 415.146.407 415.146.407 415.146.407
Taxa média de 9% do CDI 4,29% 3,22% 2,15%
Valor de aplicações indenizadas 432.966.151 428.211,51 424.056,29
Impacto nas aplicações financeiras 17.819.744 13.364.828 8.909.872

3. Principais políticas contábeis
A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis, salvo indicação em contrário.
3.1 Operação como agente
A Entidade, por força do contrato de gestão, assinado em 18 de novembro de 2021, adquireu, com validade até 30 de novembro de 2030, e demais contratos que possuem a finalidade de PDI, receber recursos para que sejam alcançadas as finalidades descritas em seu objeto social.
A Entidade não recebe nenhuma remuneração por conta dessas repassadas, agindo somente como agente. Essa condição está prevista no contrato de gestão e no fato de que os recursos recebidos pela Entidade são repassados às Unidades EMBRAPII para que estes realizem a execução do projeto. Logo, a Entidade não possui controle

PREÇO DE AVALIAÇÃO DE R\$ 27.000,00
CONTABILIZADO EM PATRIMÔNIO LÍQUIDO

pressrecoer



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII
CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relativamente associada às aplicações financeiras mantidas pela entidade, conforme Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação a aplicações financeiras, pois os recursos estão todos aplicados em instituições financeiras controladas pela União, em aplicações com risco baixo.

Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito
2022 2021
Banco conta movimento 2.426 2.931
Aplicação financeira (i) 32.246.859 13.756.498
Subtotal 32.249.285 13.759.429

Caixa restrito
2022 2021
Banco conta movimento - Recursos restritos 6.814 9.502.784
Aplicação financeira - Recursos restritos (i) 821.462.878 401.389.009
Total 821.469.492 410.892.693

(i) Os saldos, após apresentados, referem-se a valores brutos, sendo devido o Imposto de Renda Fixado na Fonte quando o resgate.

Abaixo, apresentamos uma composição dos recursos vinculados:
Atendidas as disposições determinadas na Lei nº 9.502 de 1997, art. 15, 3º, na Lei nº 8.057, de 1990, o superávit quando apurado pela EMBRAPII foi destinado, em sua totalidade, para a conta de Subvenções a realizar. Sendo assim, o valor de R\$ 801.023.137 demonstrado na conta de "Recursos vinculados" encontra-se líquido das prestações de contas aprovadas dos projetos. A aplicação possui as seguintes características:

Taxa média Vincimento Index
2022 2021
Produto financeiro a.a. (em anos)
Certificado de Depósito Bancário 98% 2,50 CDI 853.709.717 415.146.407
Total 853.709.717 415.146.407

A análise de sensibilidade e gestão de riscos desses ativos está evidenciada na Nota Explicativa nº 4.

Todas as aplicações financeiras da EMBRAPII são efetuadas junto ao Banco do Brasil, Lastreadas em CDI e que possuem vencimentos contínuos de 5 anos. Apesar de as aplicações possuírem vencimento de 5 anos, os recursos depositados em Caixas e Equivalentes de Caixa e Caixa Restrito possuem a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6 Adiantamentos a outras entidades e terceiros

2022 2021
Adiantamentos de folha de pagamento 17.752 510.528
Adiantamento a fornecedores 934 2.950
Depósitos em Garantia (i) 215.000 215.000
Total 235.142 1.029.528

(i) Os depósitos em garantia são obrigações legais exigidas pelo SEBRAE na estruturação dos contratos.

7 Imobilizado

2022 2021
Computadores, periféricos 1.201.939 654.746
Software 93.239 654.746
Máquinas e equipamentos 229.245 6.011
Móveis e utensílios 608.808 6.011
Subtotal 2.033.992 664.757
Depreciação (1.055.196) 664.757
Imobilizado líquido 1.103.796 664.757

2020 2021
Computadores, periféricos e Software 910.900 410.039
Máquinas e equipamentos 147.337 81.908
Móveis e utensílios 608.808 -
Subtotal 1.667.045 491.947
Depreciação (491.947) (242.710)
Imobilizado líquido 854.560 491.947

O ativo imobilizado da EMBRAPII, em 31 de dezembro de 2022, está representado exclusivamente para execução das atividades administrativas, e as depreciações desses ativos são calculadas pelo método linear por meio de taxas que refletem a vida útil e econômica dos bens.

8 Subvenções a realizar

2022 2021
Subvenções a realizar - Contrato de gestão (a) 595.682.579 348.780.296
Subvenções a realizar - SEBRAE (b) 24.906.803 24.906.803
Subvenções a realizar - Cont. PPI/VIOT (c) 141.609.213 8.425.050
Subvenções a realizar - Bambu (d) 3.244.539 3.278.808
Subvenções a realizar - Rota 2030 (e) 189.672.618 126.409.181
Subvenções a realizar - BNDES (f) 67.967.857 8.244.157
Subvenções a realizar - Cont. PPI/Hardware (g) 85.751.273 -
Prestações de contas em análise (h) 395.105.440 274.278.156
Adiantamentos às Unidades (i) (598.874.000) (374.925.887)
Total 844.409.103 419.476.553

a) Contrato de gestão
Referem-se ao contrato de gestão celebrado entre a União e a EMBRAPII, por intermédio do MCTIC, com a finalidade de destinar recursos financeiros a projetos de inovação no Brasil. Abaixo apresentamos a movimentação do referido contrato de gestão:

2022 2021
Subvenções a realizar - Contrato de gestão (a) 595.682.579 348.780.296
Subvenções a realizar - SEBRAE (b) 24.906.803 24.906.803
Subvenções a realizar - Cont. PPI/VIOT (c) 141.609.213 8.425.050
Subvenções a realizar - Bambu (d) 3.244.539 3.278.808
Subvenções a realizar - Rota 2030 (e) 189.672.618 126.409.181
Subvenções a realizar - BNDES (f) 67.967.857 8.244.157
Subvenções a realizar - Cont. PPI/Hardware (g) 85.751.273 -
Prestações de contas em análise (h) 395.105.440 274.278.156
Adiantamentos às Unidades (i) (598.874.000) (374.925.887)
Total 844.409.103 419.476.553

b) SEBRAE
Trata-se do contrato firmado entre a EMBRAPII e o SEBRAE, que possui como objetivo a prestação de serviços para fomento a projetos de inovação (PDI) e desenvolvimento e inovação (PDI) tecnológica que atendam às demandas de Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte, da cadeia industrial em parcerias com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação.

Em 31 de dezembro de 2022, as subvenções do SEBRAE perfaziam o montante de R\$ 75.630.977 (R\$ 49.102.562 em 2021) e foi aplicado em projetos o montante de R\$ 33.878.500 (R\$ 24.105.759 em 2021), com saldo remanescente de R\$ 42.252.477 (R\$ 24.966.903 em 2021).

c) PPI/OT

Referem-se ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC. O referido acordo tem por objeto a avaliação do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Informação e Comunicação - TIIC, com especial prioridade para soluções de PPI/OT e Manufatura 4.0 e todas as tecnologias correlatas. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 141.509.213 (R\$ 8.425.050 em 2021). O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 141.609.213, sendo composto pelo recebimento de R\$ 136.500.000 em projetos no valor de R\$ 7.809.717 em 31 de dezembro de 2021 perfaziam o valor de R\$ 425.050, sendo composto pelo saldo de 2020 de R\$ 8.544.208 deduzidos os valores referentes às receitas operacionais da EMBRAPII no valor de R\$ 129.158.

Possui como finalidade ações de promoções de projetos de PDI na cadeia de Bambu a ser implementadas por meio do modelo da EMBRAPII, formalizado no 12º termo aditivo ao Contrato de Gestão. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022, após a aplicação de R\$ 342.619 era de R\$ 3.244.539, e em 31 de dezembro de 2020 perfaziam o valor de R\$ 3.278.808.

e. Rota 2030

O presente Acordo de Cooperação Técnica (ACORDO) tem por objeto a coordenação do programa prioritário "PADI para Mobilidade e Logística", cujo detalhamento é o constante do Termo de Referência apresentado e aprovado pelo Conselho Gestor dos recursos a ser alocados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e programas prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico para o setor Automotivo e sua cadeia de produção. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 169.672.618 em 31 de dezembro de 2021 perfaziam o valor de R\$ 59.800.969 (valor acrescido de rendimentos) e dos valores aplicados em projetos no valor de R\$ 16.537.533, e em 31 de dezembro de 2021 perfaziam o valor de R\$ 126.409.181, sendo composto pelo recebimento de R\$ 47.451.000 (valor acrescido de rendimentos) e o saldo de 2020 no valor de R\$ 78.865.181.

f. BNDES

Referem-se a contratos firmados entre a e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com finalidade de promover projetos de PDI, nos seguintes focos: 1º para combate, tratamento e diagnóstico do Coronavírus (COVID-19). O saldo das subvenções a realizar em 2022 no valor de R\$ 7.770.007, sendo composto de R\$ 9.092.864 (valor acrescido de rendimentos e R\$ 3.322.357 referente a valores já aplicados em projetos e em 2021 era de R\$ 8.244.157, sendo composto pelo recebimento de R\$ 8.770.753 (valor acrescido de rendimento) e dos valores aplicados em projetos no valor de R\$ 526.806, e em 2022. No final do exercício de 2021 foi firmado um novo contrato, no valor de R\$ 170 milhões, junto ao BNDES para fomento de projetos nas seguintes áreas: 1. Transformação Digital e Indústria 4.0 (Soluções digitais para Agro, Saúde, Cidades e Indústria); 2. Transformação Digital e Indústria 4.0 (Sistemas e Componentes para Conectividade); 3. Defesa; 4. Economia Circular; 5. Materiais Avançados; 6. Biotecnológicos; 7. Florestas Nativas Bioeconômicas; e 8. Tecnologias Estratégicas do SUS.

Dois recursos do novo contrato firmados em 2021 foram recebidos em 2022 o valor de R\$ 82.197.950 (valor acrescido de rendimentos) sendo este o total da rubrica para o segundo contrato.

g. PPI/Hardware

R\$ 2022 foi recebido o valor de R\$ 63.000.000 referente ao Acordo de cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC Durante o exercício de 2022 foi elaborado um termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica no valor de R\$ 18.900.000. O total recebido e disponível para fomento na área do PPI/HARDWARE, adicionado os rendimentos de aplicação financeira, R\$ 85.751.273.

h. Prestações de contas em análise

2022 2021
Contrato de Gestão (CG) 292.487.896 258.713.520
SEBRAE 21.515.809 15.402.720
PPI/OT 6.330.413 -
Bambu 342.619 -
Rota 2030 13.485.897 -
Ministério da Saúde (MS) 157.277 -
BNDES 785.229 161.915
Total 335.105.440 274.278.156

i. Adiantamentos às Unidades

2022 2021
Adiantamentos às Unidades 598.874.000 374.925.887
Descrição 2022 2021
Contrato de Gestão (CG) 292.487.896 258.713.520
SEBRAE 21.515.809 15.402.720
PPI/OT 6.330.413 -
Bambu 342.619 -
Rota 2030 13.485.897 -
Ministério da Saúde (MS) 157.277 -
BNDES 785.229 161.915
Total 335.105.440 274.278.156

Abaixo, apresentamos a movimentação resumida dos adiantamentos a outras entidades:

2022 2021
Adiantamentos às Unidades 598.874.000 374.925.887
Descrição 2022 2021
Contrato de Gestão 235.080.278 89.657.505
SEBRAE 18.024.498 11.568.389
PPI/OT 5.296.327 2.962.357
Rota 2030 9.228.743 14.108.361
Bambu 497.239 100.225
BNDES - 2.964.776
Ministério da saúde (MS) 66.875 16.322.800
Total 268.093.275 121.166.467

9 Obrigações sociais e trabalhistas

2022 2021
Salários e ordenados 573.415 415.621
Outros 125.973 82.205
Total 699.388 497.826

10 Provisões trabalhistas

2022 2021
Provisão de férias 935.081 889.742
Provisão FGTS férias 66.802 65.984
Provisão INSS férias 233.747 210.325
Provisão PIS férias 9.045 8.897
Total 1.224.675 1.174.949

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Acersa das demonstrações, registros e relatórios contábeis da EMBRAPII do Exercício de 2022. O Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII, com base nos documentos contábeis e financeiros da Associação referentes ao exercício de 2022, juntamente com apreciação do Relatório dos Auditores Independentes da KPMG, concluiu, pela regularidade dos registros contábeis apresentados e entende que os bases representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade. Dessa maneira, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação dos contos pelo Conselho de Administração da Associação.

ALEXANDRE AUGUSTO VILLAIN DA SILVA - Conselheiro

RAFAEL GRILLI FELIZARDO - Conselheiro

ANDERSON LOZI DA ROCHA - Presidente do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Não elaboramos as demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base alternativa na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração tenha evidenciado que a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nosso objetivo ao obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. No entanto, eventos ou condições futuras podem inadequadas a Entidade a não mais se manterem continuidade operacional.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, analisamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, ocultação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. No entanto, eventos ou condições futuras podem inadequadas a Entidade a não mais se manterem continuidade operacional.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 14 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Jaqueline Oliveira Silva
CRCSP-02/3228/O-4F-DF Contadora CRC GO-021960/O-7

11 Obrigações tributárias
2022 2021
Descrição 403.456 328.551
Provisão de renda retida na fonte sobre folha de pagamento 229.082 146.116
Programa de integração social sobre folha de pagamento 15.045 11.416
Imposto de renda sobre fornecedores e consultores 15.394 4.199
PIS/COFINS de fornecedores 9.770 3.282
ISSQN de fornecedores 6.714 1.803
Instituto Nacional do Seguro Social sobre fornecedores 1.063 -
Total 680.524 495.567

12 Provisões tributárias

Com o advento do Decreto nº 8.426 de abril de 2015, a EMBRAPII, por meio da sua diretoria colegiada e departamento jurídico, solicitou parecer a consultoria interna referente à adesão da COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira. A consultoria jurídica externa exarou, em janeiro de 2018, parecer recomendando a jurisprudência contábil.

A Diretoria com o apoio do departamento jurídico e parecer emitido pela consultoria jurídica externa determinou a provisão da COFINS. Desde o exercício de 2018, a provisão para a COFINS com valores retroativos ao exercício de 2015 (início da vigência do Decreto nº 8.426), mantendo-a corrigida, por juros de mora e correção dos valores, que totaliza, em 2022 o montante de R\$ 6.149.899 (R\$ 5.119.714 em 2021). Em 2019 foi editada a Instrução Normativa nº 1.911, de outubro de 2019, na qual ficou assente que os valores referentes a recursos governamentais não estão sujeitos à retenção indicativa, conforme consta nos textos dos arts. 2º, inciso II, e 3º. Por isso, os valores oriundos das receitas financeiras ainda estão em decorrência e perdentes de regulamentações específicas. Portanto, a EMBRAPII continuou com o entendimento e recomendação de manter provisionado a COFINS.

13 Provisão para riscos civis, fiscais e trabalhistas
Não há processos judiciais, no exercício de 2022 2021 transferindo em desfavor da EMBRAPII, dessa forma não há provisões para riscos civis, fiscais e trabalhistas constituídos.

14 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave

2022 2021
Remuneração diretoria 1.013.889 713.126
Benefícios diretoria 293.919 235.343
Encargos diretoria 293.729 317.443
Total 1.601.538 1.265.912

15 Abertura das principais contas de despesas

15.1 Despesas com pessoal

Somente os valores de despesas gastas com os colaboradores regidos pela CLT, servidores cedidos de órgãos públicos e consultores autônomos.

2022 2021
Descrição 7.952.165 8.344.922
Salário 1.071.234 807.414
Benefícios 750.271 576.580
Tributos 2.279.575 1.807.701
Tributos 3.003.756 2.420.996
Colaboradores sem vínculo empregatício 906.502 684.210
Total 15.963.203 12.621.746

A rubrica "Colaboradores sem vínculo empregatício" está composta da seguinte forma:

2022 2021
Descrição 485.709 311.187
Estagiários 420.793 383.029
Consultores 906.502 664.210
Total 1.812.914 1.358.426

15.2 Despesas administrativas

Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

2022 2021
Descrição 14.294 775
Despesas de manutenção 6.936.596 1.040.838
Serviços de comunicação 6.448.484 2.112.051
Apoio administrativo (i) 1.241.564 1.116.500
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outras (ii) 401.793 2.514.787
Total 17.628.107 5.668.461

(i) Correspondem a taxas de condomínio, locação de veículos, diárias e passagens aéreas, entre outras despesas.

(ii) Incluem despesas com manutenção de sistemas, despesas com reparos e consultorias de pessoas jurídicas.

(iii) Referem-se, substancialmente, ao montante provisionado de imposto de renda sobre o saldo de receitas financeiras de caixa e equivalentes de caixa.

15.3 Tributárias

2022 2021
Descrição 4.114.620 959.700
Impostos Taxas e Contribuições Federais\* 1.241.564 1.116.500
Impostos 4.546.194 2.076.200
Total 4.114.620 959.700

(\* Incluem os valores relativos ao provisionamento da COFINS, corrigidos mensalmente, conforme exarado na Nota Explicativa nº 12.

15.4 Depreciação/Amortização

2022 2021
Descrição 266.805 157.499
Computadores e periféricos 29.773 24.384
Móveis e utensílios 60.301 60.828
Total 356.879 242.711

16 Receita do custeio administrativo

2022 2021
Receitas operacionais 29.604.483 20.609.108
Total 29.604.483 20.609.108

Referem-se, exclusivamente, ao reembolso das despesas administrativas conforme estabelecido no contrato de gestão nº 3.1.

17 Cobertura de seguros

Em 2022, foi renovada a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais no valor total da aplicação de R\$ 20.000.000.

A renúncia aplica-se foi renovada no mês de dezembro de 2022 para todo o exercício de 2023.

DIRETORIA

Igor Manhães Nazareth Gerardo Nunes Sobrinho
Diretor Presidente Intermédio Superintendente de Gestão e Finanças

CONTADOR
Diego Renyer de Miranda Araújo - CRC 022261-02/DF